

Volta à Subjetividade?

A pós-modernidade caracteriza-se por revalorização aguçada da subjetividade. Como situa-se a pastoral em frente desta onda pós-moderna? Silêncio de desprezo e de incapacidade de entendê-la? Atenção e participação séria? Busca de uma compreensão mais profunda do jogo dialético inseparável entre subjetividade e objetividade? De que objetividade e de que subjetividade é que se trata, e o que significa "pós-moderno" para nós, aqui?

Um tipo de discurso pastoral vem fazendo história nestas últimas décadas. Sem pretensão de análise científica abrangente, evocamos em poucos traços o seu perfil. Em vez da moral da conversão e do crescimento pessoal, prega-se uma ética de transformação das estruturas da sociedade. Em vez do projeto de santidade pessoal, o projeto do "Reino". Em vez do céu, a utopia... Em comparação com o discurso pastoral vigente até então, a mudança de acento deste novo discurso era meritória. Tinha sua raiz no inegável veio de encarnação que atravessa a tradição cristã. Um ser-cristão que não exerce impacto na realidade objetiva do mundo, isto é, fora da consciência subjetiva, não condiz com Jesus de Nazaré. Em função disso, revalorizou-se o Jesus da história, sua práxis histórica no meio de seu povo e de seu tempo. A santidade cristã é histórica. É questão de realidade material: econômica, política, social, ideológica..., e não apenas de consciência da realidade. Este discurso foi e continua sendo importante para a conscientização das comunidades cristãs na América Latina e em outras partes do mundo que necessitam um processo de emancipação e de transformação. E também nas regiões ditas "centrais" do sistema atual, que só diante da objetividade poderão se libertar de suas racionalizações dominadoras.

Será que estas exigências expulsaram o subjetivo? Como fica, diante delas, a subjetividade?

Em torno deste termo existem interpretações notoriamente diferentes. A diferença principal parece consistir na confusão entre subjetivismo e subjeti-

vidade. A subjetividade faz parte integrante do discurso que valoriza a objetividade, pois a práxis incidindo na objetividade é práxis de um sujeito "histórico", aquele que toma a história nas suas mãos. Sujeito geralmente pensado como coletivo, mas, de toda maneira, sujeito. Não desconhecemos as tentativas do estruturalismo radical de dispensar o sujeito, mas estas levam a um "fim do pensar" pouco proveitoso.

Parece-nos que a renovação teológica e pastoral do pós-Concílio, que gerou entre nós a Teologia da Libertação, não quis desconhecer a subjetividade, mas sim, o subjetivismo individual ou, às vezes, grupal, de um cristianismo sem incidência na realidade objetiva e omissa — sobretudo no nível sócio-estrutural — na questão dos pobres, que é a pedra de toque da práxis cristã, conforme Mt 25,31-46 e outros textos-chave de nossa tradição. Reagiu contra o que se chamava a alienação, a tendência espiritualizante num sentido neoplatônico, mas não espiritual no sentido bíblico do "Espírito de Javé".

Por outro lado devemos considerar em nossa reflexão o impacto do fim de uma experiência em que a objetividade era metafisicizada em forma de um projeto histórico científico, necessário, apresentado como infalível, o socialismo marxista-leninista. Não tanto o colapso do socialismo real nos parece significativo, neste ponto da reflexão, mas sim a verificação de suas lacunas denunciadas com força sempre maior pelos dissidentes nos trinta anos antes de sua desintegração. De Solsjenítzin e Sakharov até o atual presidente da Checo-Eslováquia, Vaclav Havel, recebemos testemunhos não negligenciáveis acerca do esvaziamento interior de uma experiência baseada, originalmente, numa mística quase religiosa, que se encontra descrita nos romances de Ilya Ehrenburg e outros. Vaclav Havel, na dura missão de unir seu país em torno a um projeto político novo, expressou recentemente sua percepção de um indiferentismo generalizado, que ele atribui ao costume do não-pensar e da não-participação imposto a seu povo durante mais de quatro décadas. Em nome das exigências de uma objetividade pensada pelos ideólogos do poder, o povo perdeu a capacidade de lidar com a sua subjetividade. Na hora da liberdade, não encontra rumos para uma subjetividade comunitária, capaz de compreender e de assumir a nova comunidade política. As eleições na Polônia revelaram, talvez, semelhante incapacidade.

Paradoxalmente, os países ocidentais, que não participaram da experiência comunista, mas se limitaram a uma social-democracia de mútuo proveito do trabalhador e do capitalista, sustentável graças à hegemonia econômica em nível mundial, não se saem melhor. Pois há décadas, estão sendo roídos pelo verme da satisfação individual, esteticamente chamado de "sociedade de consumo". E agora que não existe mais o grande Oposto ideológico e político, sofrem de uma crise de identidade, que o marketing da Comunidade Européia não consegue esconder. A xenofobia crescente, em parte explicável pela sobra de mão-de-obra, pode ter nesta crise de identidade e no medo que a acompanha, suas raízes profundas.

Diante deste panorama que surge na mente de um leitor médio de nossa imprensa nacional, já podemos focalizar melhor alguns aspectos da atenção pastoral pela subjetividade.

Certamente não se pode tratar de fomentar um narcisismo sagrado centrado na escrupulosa ou exaltada santificação do próprio eu. Todo verdadeiro sujeito é intersubjetivo, e não foi a recente teologia latino-americana que disse: "Ninguém se salva só". É assunto batido. E, se nos lembramos do "eu e meu Deus" de Newman, precisemos logo que esta expressão nada tem a ver com propriedade privada da santidade, e sim, com a profundidade da dimensão subjetiva chamada à decisão insubstituível, "não endossável", do fiel diante de Deus.

Também não se trata de lisonjear as classes mais ciosas dos valores individuais e menos permeáveis à dimensão da coletividade: a classe média, uma parte dos intelectuais, ou mesmo, os ricos. Muitas vezes se ouve que estas classes foram excluídas da e pela pastoral libertadora. O sentimento de exclusão pode ser devido a certos discursos e atitudes pouco "sábios", possivelmente originados pelo medo de dialogar com quem não subscreve de saída "a cartilha"; ou, então, ao fato de os próprios integrantes destas classes não quererem reconhecer a "hipoteca social" de quem tem mais para com quem tem menos, num mundo de tão gritante e ainda crescente desigualdade (como ilustra o comentário sobre A crise de um modelo de desenvolvimento, na presente publicação). Seja como for, o lugar das pessoas abastadas é na comunidade de fé, e não fora dela, desde que se entreguem ao apelo e desafio que Cristo lhes dirige, procurando a maneira mais eficaz de tornar os bens deste mundo — econômicos, culturais etc. — acessíveis a todos.

A razão do "acento subjetivo" não deve ser algum pragmatismo pastoral — o desejo de "reconquistar" a burguesia, os jovens de tênis de marca, etc. —, mas a percepção da inelutabilidade da subjetividade humana. Se esta não for respeitada, as exigências da objetividade sempre de novo vão tornar-se pretexto para atitudes de autoritarismo e não-participação. Portanto, trata-se da subjetividade de todos e não apenas dos que graças à sua privilegiada situação econômico-social ou à complexificação de sua cultura erudita conseguem afirmar mais que os outros sua subjetividade. Nem se trata apenas da subjetividade individual, mas também da subjetividade transsubjetiva (coletiva) e intersubjetiva, que na realidade são estruturas supondo objetividade. Subjetividade e objetividade não são separáveis. São cara e coroa da mesma moeda.

Uma atenção para a subjetividade, para a assimilação e apropriação da objetividade mediante os valores, a cultura, o saber, o estético, o afetivo, etc., certamente não é tempo perdido para quem, como nós, deseja uma transformação real da objetividade no sentido de estruturas mais justas. Pois

se é verdade que as estruturas fazem as pessoas, verdade é também que para tirar as estruturas do anonimato do acaso e transformá-las em direção a um ideal ético, é preciso pessoas com firme conhecimento e decisão, com capacidade ética e sensibilidade, equilíbrio e receptividade, e todos os atributos de uma boa formação humana e cristã.

A dialética histórica não é mecânica. A dialética das classes sempre acontecerá onde surgirem estruturas semelhantes ou análogas às da revolução industrial que conhecemos. Mas por si só ela não produz o tipo de subjetividade que estamos evocando. Por outro lado, mesmo onde esta dialética se desenrola, ela não esgota a realidade. Uma pastoral meramente classista ou que delimite seus apelos conforme a eficácia dialeticamente prevista, talvez deixe de lado grande parte da realidade e, além disso, pode estar ocupando o espaço das entidades de classe que de per si não são cristãs, nem o precisam ser. Claro, para quem acredita no esquema marxista ortodoxo, a universalidade tem que passar pela dialética das classes, e o evangelho, portanto, também. Mas, não seria mais humilde reconhecer que este esquema abrange só uma ínfima parcela da racionalidade dialética cognitivamente recuperável na história — de preferência na história que já se realizou, antes que na história por vir?... O concreto é o universal em sua realização, mas não temos todo o concreto consciente. Portanto, não o aprisionemos em esquemas estreitos demais. Deixemo-lo ser generoso e transbordante.

Pois bem, não temos claro de que modo a dialética histórico-material se deve desenvolver neste instante. Mas uma coisa é clara, a práxis-palavra de Jesus dirige-se a todos os sujeitos humanos como resposta ao seu anelo mais profundo: entrever um sentido inabalável para a vida. Cuidemos, então, de nos dirigir a todo sujeito humano, na sua individualidade e na sua inserção comunitária e coletiva, sem, porém, reclamar dele um papel preestabelecido num processo que supostamente se deve realizar.

Também não caiamos no erro de pastorear a subjetividade porque ela gera e sustenta a consciência transformadora. O sujeito não se limita à vocação transformadora e o peso da pessoa não se mede pela eficácia, ainda que nobre e "histórica". Pela graça de Deus, qualquer pessoa tem direito ao evangelho independentemente de seu potencial transformador.

Finalmente caberia evocar, aqui, o que significa entre nós a pós-modernidade, que sem dúvida influi no realce da subjetividade, mas que não se pode equiparar à pós-modernidade de Paris (que, aliás, também não está isenta de resquícios do moderno e do medieval). A pós-modernidade brasileira é "belíndia"... Entre nós, só uma míngua classe de privilegiados é atingida pelo esgotamento da modernidade e capaz de tomar dela um distanciamento crítico, se ela não for incapacitada para tanto por seus privilégios. Para os que dispõem dos meios, o pós-moderno parece significar, antes que distanciamento crítico da modernidade, individualismo selvagem

acompanhando um capitalismo portador do mesmo adjetivo; a lei de Gérson; o egoísmo e a falta de ética desbragados... E para o povo em geral, a pós-modernidade parece significar a chance perdida de desfrutar os avanços da sociedade moderna...

A pós-modernidade para nós aqui significa, por exemplo, passar da primeira para a segunda revolução industrial — aliás, a revolução da informática — sem sequer ter desfrutado a primeira. Dispensar mão-de-obra que nunca teve a oportunidade de chegar a um mínimo de bem-estar. Ver diminuir a importância das matérias primas e produtos semi-acabados, sem nada para os substituir no rendimento da Nação, etc. Passar do Terceiro para o Quarto Mundo. É este o lado objetivo da nova subjetividade...

A volta à subjetividade terá que levar a uma nova consciência ética, mais informada, preparada para um mundo mais complexo. Daí a importância de um ego bem integrado — integração cultural, intelectual, psico-afetiva. Volta à subjetividade, sim, mas não para o narcisismo.

•

Abrimos, no presente número, sob a rubrica Ignatiana, um espaço para algumas das palestras proferidas durante as Semana Inaciana do ISI, no mês de maio p.p.